

Sucessão agora é desserviço, afirma Sarney

A sucessão presidencial terá um processo político que transitará pelo PDS, mas como o presidente da República é nosso presidente de honra e a ele delegamos a missão de coordenar o assunto, quando julgar conveniente, falar da escola do candidato agora é um desserviço que se faz ao país — afirmou, ontem, em seu gabinete, o presidente do PDS, senador José Sarney, que disse não ter conhecimento da existência de nenhum candidato.

Sarney também admitiu que a apresentação de um projeto prorrogando os mandatos dos dirigentes partidários é um assunto controverso não apenas no PDS, como em todo o Congresso. Salientou que a direção de seu partido não pretende tomar qualquer iniciativa pois realizar as eleições partidárias este ano ou aprovar lei prorrogando os mandatos é um assunto que as lideranças partidárias terão que decidir, após a instalação da sessão legislativa deste ano.

O presidente do PDS afirmou que a figura do coordenador político, de que tantos falam os comentaristas políticos, é nostalgia de uma fase em que a política brasileira estava hibernando e os partidos contidos pelas próprias restrições que pesavam sobre a atividade política.

Hoje, com a abertura, a vida política se desenvolve dentro dos canais institucionais, que são os partidos e o governo dentro do qual há pessoas que, por delegação do presidente da República, tomam decisões políticas. Opinou que já não há mais sentido um coordenador — papel exercido em outros tempos pelo falecido senador Petrônio Portella — uma vez que no novo Congresso os canais de relacionamentos deverão se ampliar, o que não se restringe à área do governo, mas também se localiza nos meios oposicionistas.

— Cabe-nos — disse — colocar as instituições em funcionamento, exercendo cada um sua parcela de poder político.

Sobre os movimentos de afirmação dentro do partido, como os dos governadores do Nordeste em favor de um comprometimento do futuro presidente com a região ou da bancada mineira, por uma maior influência nas decisões nacionais, Sarney disse que todas as manifestações de opinião são positivas e apenas revelam o desejo de maior participação, desde que não ameacem a unidade do partido.

O prócer governista não tem conhecimento de nenhum dado que o leva a acreditar que o presidente esteja cogitando de uma reforma ministerial, ao mesmo tempo em que reiterava pensamento já expresso antes, ou seja, de que a nomeação e demissão dos ministros é uma prerrogativa exclusiva do presidente da República, que é o chefe do Governo.

RECUSA

Sarney recusou-se a fazer qualquer comentário a respeito da hora mais oportuna para deflagração do processo da sucessão presidencial, insistindo em que a colocação do assunto agora, quando o país enfrenta tantas dificuldades, é impatriótica e representa um desserviço ao Brasil.

— O presidente da República, também presidente de honra do PDS, recebeu uma delegação expressa do partido para tomar a iniciativa que julgar conveniente no momento que julgar oportuno. Não nos cabe fazer qualquer comentário a esse respeito e eu não sei se existem candidatos a presidente da República — disse.

Sarney disse que só tomou conhecimento da máxidevalorização através dos jornais e estranhou quando um repórter indagou porque a notícia não lhe tinha chegado com antecedência. «Se eu soubesse antes corria o risco de ser acusado de especulador, coisa que não sou», brincou o presidente do PDS com os repórteres.

Afirmou que as autoridades do setor econômico entenderam que a máxidevalorização era uma medida conveniente aos interesses do país.